



ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 32/ /2012
134ª SESSÃO ORDINÁRIA
SESSÃO DE 14.08.2012
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/1592/2007
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2006.02579-5
AUTUANTES: JOSÉ GALBA DO MONTE ARAGÃO
RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RECORRIDO: INDY PNEUS LTDA
RELATOR: CONSELHEIRO FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA

EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE SAÍDAS. NULIDADE em razão da ausência de prova. Decisão amparada no Art. 828, § 3º do Decreto nº 24.569/97 e Art. 33, XI, do Decreto nº 25.468/99. Recurso oficial conhecido e não provido. Confirmada por votação unânime a decisão declaratória de nulidade exarada em 1ª Instância, nos termos do parecer da consultoria tributária referendado pelo Procurador do Estado.

RELATÓRIO

A peça inicial acusa o contribuinte de promover a saída de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, sem cobertura documental, no exercício de 2002, no montante de R\$ 644.968,36 (seiscentos e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Dispositivo infringido: Art. 127, 169, 174 e 177, todos do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, "b" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

Crédito Tributário: MULTA R\$ 193.490,51

Instruem os autos: Ordem de Serviço nº 2006.02195 (fls. 03); Termo de Início de Fiscalização nº 2006.01775 (fls. 04); Termo de Intimação (fls.05); Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2006.06651 (fls. 07);

O levantamento fiscal está embasado na documentação apensada às fls. 08 a 10 dos autos.

O contribuinte apresentou tempestivamente impugnação ao feito fiscal, conforme fls. 14 a 54 dos autos acompanhada dos documentos de fls. 55 a 259 dos autos.

O nobre julgador singular solicitou a realização de perícia com vistas ao refazimento do totalizador do levantamento anual de estoque uma vez que o contribuinte, em sua defesa, apresentou algumas inconsistências em referido demonstrativo, conforme fls. 263/264

Em resposta ao pedido de perícia requerido pelo julgador monocrático foi elaborado o Laudo Pericial de fls. 265 a 268, do qual se extrai o seguinte excerto:

Salientamos ainda que, o objetivo da Perícia é verificar possíveis equívocos detectados no trabalho inicial da FISCALIZAÇÃO, e uma vez inexistindo tal trabalho, inexistente objeto. A Perícia não teve parâmetro para confrontá-los (criticar) com os da autuação, ficando impossibilitada de detectar tais equívocos.

Nesse caso, por inexistir o instrumento que resultou (baseou) a lavratura do Auto de Infração, tornou impossível gerar um outro Relatório Totalizador.

Diante do exposto, a Perícia ficou prejudicada porque não houve como examinar e criticar o feito da Auditoria através dos Relatórios de Fiscalização, além de estarem incompletos e inconsistentes no processo, inexistiram outros meios (ex: Mídia) para resgatá-los.

Em primeira Instância, o Julgador Singular declarou a **NULIDADE** do Auto de Infração tendo em vista que, mesmo após a realização de uma Perícia, não consta nos autos nenhuma comprovação do montante da autuação que pudesse validar a Acusação Fiscal, conforme fls. 272 a 276.

Por meio do Parecer nº. 150/2012, a Consultoria Tributária opinou no sentido de confirmar a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, em conformidade com entendimento do douto representante da Procuradoria Geral do Estado, conforme fls. 284 a 287.

É o Relatório.

VOTO DO RELATOR

A peça inicial acusa o contribuinte de promover a saída de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária, sem cobertura documental, no exercício de 2002, no montante de R\$ 644.968,36 (seiscentos e quarenta e quatro mil novecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

O Sistema de Levantamento de Estoques - SLE é um programa informatizado que permite a auditoria fiscal verificar, em um determinado período, a existência de omissão de saídas e/ou entradas. O SLE leva em consideração os quantitativos das entradas, saídas, além dos inventários inicial e final do período fiscalizado.

Cumpridas as formalidades, não há como refutar o Sistema de Levantamento de Estoques - SLE, exceto quando restar demonstrado que o fiscal autuante cometeu equívocos por ocasião do levantamento efetuado.

No entanto, o contribuinte demonstrou nos autos a existências de falhas por ocasião da confecção do referido SLE, razão pela qual determinou a realização de uma perícia com a finalidade de afastar as eventuais irregularidades apontadas.

Contudo, o *expert* designado para realizar tal mister concluiu pela impossibilidade de se elaborar novo demonstrativo, haja vista que o fiscal autuante não disponibilizou nos autos todos os documentos que embasaram o lançamento, conforme se extrai de parte do Laudo Pericial abaixo reproduzido:

Salientamos ainda que, o objetivo da Perícia é verificar possíveis equívocos detectados no trabalho inicial da FISCALIZAÇÃO, e uma vez inexistindo tal trabalho, inexistente objeto. A Perícia não teve parâmetro para confrontá-los (criticar) com os da autuação, ficando impossibilitada de detectar tais equívocos.

Nesse caso, por inexistir o instrumento que resultou (baseou) a lavratura do Auto de Infração, tornou impossível gerar um outro Relatório Totalizador.

Diante do exposto, a Perícia ficou prejudicada porque não houve como examinar e criticar o feito da Auditoria através dos Relatórios de Fiscalização, além de estarem incompletos e inconsistentes no processo, inexistiram outros meios (ex: Mídia) para resgatá-los.

Não se pode olvidar do disposto no Art. 828 do Decreto nº 24.569/97, *in verbis*:

Art. 828. Todos os documentos, livros, impressos, papéis, inclusive arquivos eletrônicos, que serviram de base à ação fiscal devem ser mencionados na informação complementar e anexados ao auto de infração, respeitada a indisponibilidade dos originais, se for o caso.

§ 3º Os anexos utilizados no levantamento de que resultar autuação deverão ser entregues, mediante cópia ou arquivo magnético, ao contribuinte, juntamente com a via correspondente ao Auto de Infração e ao Termo de Conclusão de Fiscalização que lhes couber.

Além dos dispositivos acima citados, convém trazer à baila o Art. 33 do Decreto nº 25.468/99, *in verbis*:

Art. 33. O auto de infração será numerado e emitido por meio de sistema eletrônico de processamento de dados, sem rasuras, entrelinhas ou borrões e deverá conter os seguintes elementos:

XI – descrição clara e precisa do fato que motivou a autuação e das circunstâncias em que foi praticado e, se necessário à melhor elucidação da ocorrência, o registro dos fatos e elementos contábeis e fiscais, em anexo do auto de infração, ou ainda, fotocópia de documentos comprobatórios da infração;

Por óbvio que há situações (v.g, grande volume de papéis) em que o agente fiscal está dispensado de anexar todos os relatórios em meio físico, no entanto, deve apresentar as primeiras e últimas folhas destes como meio de prova da materialidade da infração cometida. Contudo, remanesce a obrigatoriedade de entrega das provas em meio magnético.

No caso que se cuida, restou demonstrado no Laudo Pericial a incompletude ou inconsistência dos relatórios que embasaram o lançamento, além da inexistência dessas provas em meio magnético. Por essas razões, o perito designado registrou a impossibilidade da realização do trabalho pericial, tendo em vista que resultaria em uma nova ação fiscal. E esse não é o trabalho da perícia.

Nesse sentido, acompanho os fundamentos do Parecer nº 150/2012 exarado pela Consultoria Tributária no sentido de confirmar a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, devidamente referendado pelo Procurador do Estado.

Isto posto, **VOTO** pelo conhecimento do recurso oficial, para negar-lhe provimento, no sentido de confirmar a decisão recorrida proferida em 1ª Instância.

É o voto.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA** e recorrido **INDY PNEUS LTDA**

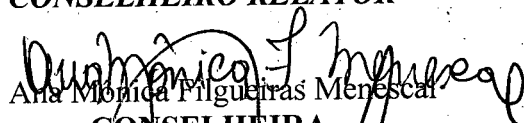
A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão declaratória de **NULIDADE** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douta procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 11 de setembro de 2012.

Francisca Maria de Sousa
PRESIDENTE

Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO


Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO RELATOR

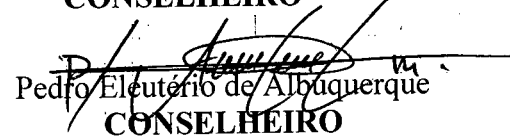

Ana Mônica Figueiras Menescal
CONSELHEIRA


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


Sandra Arraes Rocha
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA

José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO


Pedro Eleutério de Albuquerque
CONSELHEIRO

Matteus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO